

O Estamento Militar na Guerra de Independência do Brasil na Bahia

*Sérgio Roberto Dentino Morgado **

Resumo: O autor discorre sobre o estamento militar luso que participou da independência do Brasil na Bahia, "buscando iluminar suas origens, acompanhar as influências que determinaram a evolução de sua organização e melhor compreender sua participação no processo de nossa emancipação" política.

Palavras-chave: Guerra; Independência do Brasil.

Era o 2 de julho. A pugna imensa travada nos cerros da Bahia chegara ao fim. Um tiro de espingarda, espoucado no Fortim da Lagartixa, anunciara a partida da tropa portuguesa, deixando a cidade do Salvador liberta de seu jugo. Na Lapinha, onde terminava a Estrada das Boiadas, começava, no mesmo instante, uma marcha triunfal em direção ao centro da cidade. Era a parada da vitória, simbolizando a posse definitiva do Brasil pelos brasileiros. Era a consagração do esforço abnegado de soldados de vários quadrantes da Pátria e de muitos matices que, durante um ano, cinco meses e treze dias, não mediram esforços e ofere-

ceram seu suor, seu sangue e sua vida pela independência do Brasil.

É nosso desejo discorrer sobre o estamento militar que participou desse fato histórico, buscando iluminar suas origens, acompanhar as influências que determinaram a evolução de sua organização e melhor compreender sua participação no processo de nossa emancipação.

Começemos recuando no tempo e tomemos, como marco, a restauração portuguesa em 1640, quando os lusos se reafirmaram como Estado-Nação e, durante vinte e oito anos, lutaram contra espanhóis e batavos para manter sua soberania, na Europa e nas colônias, agora sob a égide da dinastia dos Bragança, que vai durar duzentos e setenta anos.

* General-de-Brigada. Sócio titular do IGHMB.

Estabelecemos essa referência cronológica para estudarmos a evolução da arte da guerra a partir dessa origem – porque é dessa época a introdução da arma de fogo no campo de batalha, fato que vai mudar a concepção da preparação e do emprego da tropa nos combates.

Assim procedemos para comparar essa época com o período da guerra contra os holandeses, que aqui grassou nos idos de 1624 e assinalou as origens, seja de uma reação nativista que começava então a vicejar, em função do trabalho árduo dos colonos que, mais que frutos, produzia raízes de uma nova forma de combater, surgida dos contatos e das refregas do eficiente aparato militar luso das conquistas ultramarinas com a arte da guerra dos nossos índios, e que, pela miscigenação, vai nos matizar e atravessar nossa história – a guerra irregular, a guerrilha ou “guerrilha”, a guerra brasileira. Ela começou aqui perto, no velho arraial do Rio Vermelho.

Carlos Selvagem, historiador português, divide a História Militar lusitana em quatro grandes ciclos.

No primeiro, que vai do século XI ao século XV, são criadas as milícias municipais que vão combater os mouros. O segundo corresponde à época das grandes navegações e das conquistas ultramarinas. É nesse tempo que Dom João III cria as ordenanças, que retoma o serviço militar obrigatório para as classes sociais a quem cabia servir o rei em caso de guerra. As ordenanças reais vão perdurar por mais de dois séculos e vão organizar o sistema militar português até meados do século XIX.

Durante esse período, empenhado nas guerras de expansão ultramarina, Portugal não acompanhou a evolução da arte da guerra que ocorria na Europa, resultante dos progressos industriais da Renascença.

As guerras de religião tomaram conta do velho continente, envolvendo a Espanha, a França, a Alemanha e os Países Baixos.

A proeminência espanhola criou o terço de seis mil homens, formação calcada nas falanges gregas, que tinham no choque e na disciplina o seu poder de combate. A introdução do arcabuz e de uma incipiente artilharia começavam a interferir na sorte da batalha.

O terço era composto por doze companhias (ou bandeiras) de quinhentos homens, divididos em duzentos piqueiros, sendo o pique usado como defesa contra as cargas de cavalaria inimiga, com arcabuzeiros, que permitiam atingir o inimigo a distância, e duzentos rodeleiros armados de espadas curtas e dardos, que realizavam o combate corpo a corpo.

O exército típico da época era formado por dois terços (doze mil homens), colocados lado a lado e separados por quarenta passos, que se escalonavam em três grupos sucessivos de cinco, três e duas companhias, respectivamente. A cavalaria, composta por dois bandos de seiscentos homens, posicionava-se nos flancos, e a artilharia, com cerca de quarenta peças, era colocada à frente do dispositivo, cobrindo toda a linha.

Em 1580, Portugal é incorporado ao Império espanhol e seu estamento militar começa a se degradar.

A restauração portuguesa marca assim o início do terceiro ciclo, que vai de fins do

século XVII ao começo do século XIX. Datam desse período as Guerras de Sucessão Espanhola e a Guerra dos Sete Anos, a Revolução Francesa, a invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, a transmigração da família real para o Brasil e a sua conseqüente elevação a Reino, a Revolução Constitucionalista do Porto e a Independência do Brasil. Carlos Selvagem o definiu como o tempo do absolutismo lusitano, quando entram em cena os exércitos regulares e permanentes.

O historiador português refere-se ainda a um quarto ciclo, que vai da nova restauração lisboeta de 1820 aos nossos dias e que foge ao nosso interesse imediato.

Essa digressão servirá de apoio para caracterizar a mudança ocorrida no Exército português no início do século XVIII, porque é importante distinguir o Portugal camoniano, da dinastia de Avis, do Portugal bragantino, surgido da restauração e libertado do mando espanhol. O primeiro, como vimos, tirava suas forças do cidadão-soldado, do povo em armas, de seus feudos, e sua glória estava mais no mar, na carreira das Índias, de onde vinham sua fortuna e seus heróis. O Portugal do século XVIII lutara para se reafirmar como nação e impedir que a Ibéria se transformasse em berço unicamente espanhol.

Nos primórdios desse tempo, houve um primeiro projeto de retirada da família real para o Brasil, ocorrido no decurso da guerra de restauração. Dom João IV havia morrido, em 1656, e o príncipe herdeiro tinha apenas 13 anos, sendo inválido. Era iminente a invasão espanhola que, tendo acertado a paz com a França, em 1659,

pelo Tratado de Pirineus, via-se livre para reconquistar Portugal.

Segundo o Padre Antônio Vieira, a nomeação de Francisco de Brito Freire para o governo de Pernambuco, em 1660, resultara da preocupação da Rainha regente, D. Luísa de Gusmão, de preparar refúgio para si e para seus filhos, no caso de concretização da ameaça. A escolha do Recife teria sido feita por terem os holandeses transformado aquela cidade em uma praça-forte, considerada a mais segura da América portuguesa. A idéia só foi descartada com a assinatura do tratado de aliança luso-britânico, em 1661, que garantiu a independência de Portugal.

Mas a morte de Carlos II, rei de Espanha, em 1699, sem deixar descendente, deu origem a uma disputa entre a França e a Áustria pelo cobiçado trono espanhol. O equilíbrio de poder europeu ficou ameaçado e formou-se a Grande Aliança, com adesão da Inglaterra e dos Países Baixos, que entraram em guerra com a França e a Espanha. Os portugueses aderiram à causa austríaca e viram-se novamente em guerra contra os espanhóis.

Essa adesão confirmou a influência inglesa em Portugal, tornando-se, então, a Inglaterra, a grande protetora do imenso patrimônio colonial lusitano, do qual melhor passou a usufruir, como senhora dos mares, principalmente a partir de 1703, com a assinatura do Tratado de Methwen, que lhe concedia excepcionais favores.

A guerra teve início no ano seguinte, em 1704, e durou nove anos, terminando com a paz assinada em Utrecht em 1713.

No Brasil, nesse início de século, a ação militar desloca-se para o sul, onde se vai lutar pela posse do Rio da Prata, onde os lusos estabeleceram, em 1680, uma colônia denominada de Santíssimo Sacramento, como importante ponto de apoio no estuário daquele grande eixo de penetração fluvial para o interior do continente que, de certa forma, dividia o território colonial ibérico entre os dois grandes impérios – o português e o espanhol.

Nesse ínterim, os franceses, em represália, atacaram o Rio de Janeiro por duas vezes, em busca do ouro das Gerais. A primeira em 1710, com Du Clerc, que foi preso e depois assassinado; um ano depois, em 1711, com Du Guay-Trouin, corsário famoso e prestigioso almirante, que saqueou a cidade e ainda recebeu polpudo resgate, a despeito da enorme guarnição lusa existente, que não reagiu por inépcia de seu governador.

Pois foi no início desse século, em 1707, durante a guerra, que D. João V reorganizou o Exército lusitano com base na doutrina francesa e transformou o velho terço, de origem espanhola, em regimento. A ordem profunda, onde imperavam o pique e o choque, estava sendo substituída pela ordem linear, assentada no poder da arma de fogo, que impunha o fracionamento dos meios para deixar o combatente menos exposto à ação dos tiros dos fuzis, sucedâneo do arcabuz, ao qual se aplicava, na ponta, uma

baioneta, que o transformava num novo pique para o combate corpo a corpo.

Essa mudança marcou, também, o início da profissionalização dos homens em arma, em Portugal, e modificou o sistema de recrutamento.

Na Europa foi o tempo dos regimes absolutistas, que recrutavam mercenários para organizar seus exércitos, tornando a guerra muito dispendiosa. Mas Portugal nadava em ouro, vindo das minas do Brasil.

Em meados do século XVIII surgiu na

Na Europa foi o tempo dos regimes absolutistas, que recrutavam mercenários para organizar seus exércitos, tornando a guerra muito dispendiosa. Mas Portugal nadava em ouro, vindo das minas do Brasil.

Prússia um novo ator, Frederico II, que iria revolucionar a arte da guerra. Rei de um pequeno Estado do Norte da Europa, iniciou um processo de expansão conquistando a Silésia à Áustria, dando origem a uma nova guerra que duraria sete anos, entre 1756 e

1763. Tendo a seu lado a Inglaterra, enfrentou a Áustria, a França, a Rússia, a Suécia e a Espanha. A guerra continental antepôs prussianos e ingleses contra franceses, austríacos, russos e suecos. A Espanha, tendo feito uma aliança militar com a França, conhecida como “Pacto de Família”, enfrentou os ingleses nos mares e acabou por perder Havana e Manila. Os ingleses ainda ficaram de posse do Canadá e da Índia.

Portugal manteve-se neutro até 1762, quando foi coagido a entrar na guerra para privar a Inglaterra de suas bases navais no Atlântico. O Marquês de Pombal, condes-

tável luso, repeliu a intimação e começou a preparar seu Exército para lutar.

Tratemos, então, da arte da guerra de Frederico e de sua influência em Portugal. São explicações necessárias porque, como veremos adiante, elas embasam a ação militar lusitana durante os combates travados na Bahia de 1821 a 1823.

Voltemos à Guerra dos Sete Anos e à ação de Pombal que, recusando aliar-se à França e à Espanha, recorreu aos ingleses para defender-se. Foi quando chegou a Lisboa, proveniente de Londres, o Conde Guilherme de Schaumburg Lippe, um general prussiano contratado para organizar e comandar o Exército português e que era discípulo dileto de Frederico II.

A importância do Rei da Prússia decorre das modificações que introduziu na preparação do combatente e nos métodos de aplicação tática decorrentes. Esses métodos exigiam uma rigorosa disciplina, que permitia transformar o exército em instrumento onde ninguém pensa, todos executam, como uma só mente e uma só vontade – só o chefe raciocina.

Tais parâmetros permitiam obter da tropa uma excepcional mobilidade tática, perícia na mudança da ordem de marcha para ordem de combate, serenidade sob fogo e completa obediência aos comandos. A reputação do Exército prussiano, na observação de um general inglês, “se devia à variedade e precisão de seus movimentos e à velocidade com que atirava”. Descreve-o ainda como “uma grande e ajustada máquina, que tinha maior capacidade de manobra do que qualquer outra tropa”, ao destacar que o problema tático básico dos

exércitos do século XVIII era o de conseguir poder de fogo superior e que isso dependia da capacidade de as tropas desdobrarem-se para o combate em linhas de batalha, a partir das colunas de marcha e da velocidade com que recarregavam e disparavam. E acrescentava: “A velocidade com que o prussiano recarregava triplicava seu poder de fogo e o igualava a três adversários.”

Foram esses métodos que o Conde de Lippe trouxe para aplicar no Exército português.

Mas a Guerra dos Sete Anos logo acabou e, em 1763, pelo Tratado de Fontainebleau, a paz foi assinada entre Portugal e Espanha. O Marquês de Pombal, entretanto, considerando o valor de um bom e eficiente exército para afirmar, perante outras potências, a existência real da nação, manteve a contratação de Lippe para organizar os lusos ao estilo prussiano.

As principais reformas introduzidas por Lippe foram nos métodos de instrução, na disciplina e no sistema defensivo das fronteiras. Os regulamentos militares prussianos foram traduzidos e adotados no Exército português, entre eles o famoso *Regulamento para o Exército e Disciplina dos Regimentos de Infantaria de Sua Majestade Fidelíssima*, que tratava de tudo – serviços diários, formaturas, uniformes – e cujo capítulo 26, referente a disciplina, foi o que lhe deu fama.

No Brasil, a despeito da assinatura de paz em Fontainebleau, as lutas no Sul continuavam. Em 1763, entre outras razões, para melhor apoiar as ações contra os espanhóis, a capital do Vice-Reino é

transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. A Bahia se esvaziava de meios e de tropas.

O novo Vice-Rei, Conde da Cunha, encontrou o Rio de Janeiro em situação calamitosa: as fortalezas abandonadas, a tropa reduzida, indolente, indisciplinada, formada principalmente de açorianos e por filhos da terra. O Conde informou a Pombal a situação encontrada e lhe pediu auxílio. No ano seguinte, em 1764, chegaram ao Rio de Janeiro cinquenta oficiais portugueses para enquadrar a tropa.

Três anos depois, foi nomeado “Comandante de todas as tropas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia em qualquer parte do Brasil onde se encontrassem e da inspeção geral delas” o Tenente-General João Henrique Böhn, prussiano e auxiliar direto de Lippe.

Com ele vieram três regimentos experientes e um trem de artilharia completo. Eram tropas de Bragança, Moura e Estremoz, que o General Aureliano Pinto de Moura, um estudioso no assunto, descreve como um conjunto de criminosos, desertores retirados das prisões e velhos enfermos, com o material usado em quatro campanhas na Europa. Pouco mais de três mil homens que, junto com as tropas de ordenanças aqui existentes, compunham o Exército Restaurador que o General Böhn dispôs para expulsar os espanhóis do Rio Grande.

O Marquês de Pombal, entretanto, considerando o valor de um bom e eficiente exército para afirmar, perante outras potências, a existência real da nação, manteve a contratação de Lippe para organizar os lusos ao estilo prussiano.

Esses regimentos permaneceram no Brasil, participaram da reação contra a Conjuração Mineira em 1789, e se aquartelaram definitivamente na capital com novas designações. São parte da tropa que o Príncipe D. João e sua comitiva vão encontrar quando da transmigração da família real para o Brasil, em 1808.

Esse fato histórico assinala, igualmente, uma nova inflexão na formação militar portuguesa e trará reflexos para a organização das forças militares existentes no Brasil.

Como se sabe, Portugal não aderiu à causa napoleônica de bloquear o acesso inglês ao continente europeu e aos seus impérios coloniais. Em consequência, foi invadido por tropas francesas comandadas pelo General Junot, um embaixador da França nas Cortes de Lisboa. Milhares de soldados portugueses foram incorporados ao Exército

napoleônico e combateram por toda a Europa, inclusive na Rússia.

Mas a reação ibérica não se fez esperar e Carlos Selvagem, citando um historiador espanhol, nos diz que a nova restauração “não foi obra da vontade de um monarca ou de um governo, nem da ação exclusiva de um exército subordinado a esse poder único, mas sim obra da vontade, sentimentos, interesses e ação da nação inteira, e foi, portanto, uma guerra essencialmente popular” E prossegue: “Cada região, cada

província, cada cidade combatia à lei do acaso, como, quando e onde melhor se lhe adequava ao caráter e aos recursos, quer levantando tropas regulares quer apelando para as guerrilhas, quer afrontando o inimigo em campo aberto, detrás das muralhas das cidades ou pelos alcantis dos montes. Esses caracteres de fragmentação e desordem (...) forçaram o inimigo a dispersar esforços.”

A insurreição na península levou a Inglaterra a intervir, designando o Tenente-General *Sir* Artur Wellesley, juntamente com um corpo expedicionário de nove mil homens, para organizar os contingentes ibéricos e combater o Exército francês de ocupação. Wellesley, agraciado pelo sucesso na guerra peninsular com o título de Visconde de Wellington, viria a ser, nos campos de Waterloo, o vencedor de Napoleão.

As bases do processo de nossa emancipação política estão na transferência da sede do Império português de Lisboa para o Rio de Janeiro.

A abertura dos nossos portos ao comércio mundial e a posterior elevação do Brasil à categoria de Reino conformaram essa bases e criaram as condições necessárias para que nos tornássemos uma Nação independente.

Da mesma forma, nesse mesmo fato está o germe do conflito que caracteriza essa guerra pela nossa independência, pois as elites lusas, principalmente as que ficaram na Europa, nunca aceitaram a posição subalterna a que Lisboa fora submetida, e obraram para transformar novamente o Brasil em colônia, pela força, se assim fosse necessário.

A montagem desse cenário, embora ganhe vulto com a Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820, tem parte de suas origens nos fatos históricos que ocorreram entre 1808 e 1821, período que define a presença de D. João VI entre nós.

Uma das primeiras medidas tomadas por D. Rodrigo de Souza Coutinho, verdadeiro inspirador da transmigração e nosso primeiro Ministro da Guerra, foi criar a Academia Real Militar, onde seriam formados os nossos oficiais. Até então, esse ofício só se exercia em Portugal onde, ao tempo do Conde de Lippe, fora instituído o Real Colégio dos Nobres, que funcionava com oficiais estrangeiros contratados, sucedâneo das diversas academias instaladas no território português, datadas do início do século XVIII, e que não passavam de singelas aulas ministradas nos corpos de tropa, para ensinar aos vassallos a doutrina militar necessária à defesa dos Estados portugueses. Até então, era só ali que se formavam profissionalmente os homens de armas, privilégio concedido a muito poucos brasileiros.

A nossa academia, datada de 1810, era uma cópia da que fora criada vinte anos antes em Lisboa, em 1790: a Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, que sistematizava o ensino técnico para oficiais. Fruto da reforma universitária pomalina, fertilizada no ideário iluminista, além de oficiais formava também engenheiros, para atender aos reclames dos serviços públicos civis.

Jehovah Mota, ao estudar a formação do oficial do Exército brasileiro, afirma que a visão de D. Rodrigo se assentava na imensidão do nosso território, que pedia estra-

das, pontes e portos, “daí a idéia que a mesma escola que cuidasse das técnicas da guerra militar cuidaria, por igual, dessa outra guerra que se traduzia em construir estradas, pontes e canais”.

Não há dúvidas de que a intenção era estabelecer um novo império na América, um imenso Portugal, como afirma Evaldo Cabral de Melo. A opinião de D. João, de que a fronteira histórica e natural do Brasil era o Rio da Prata, confere-lhe visão geopolítica, confirmada nas atitudes que tomou para preservar as lindes que alcançara e se contrapôs às intenções inglesas e castelhanas em torno do espólio representado pela implosão do império colonial espanhol na América.

Talvez percebesse mais longe, quando recebeu no Rio de Janeiro uma divisão naval inglesa, pronta a levá-lo a Portugal para atender aos reclames da Junta de Governadores de Lisboa que pedia sua volta, ao intuir que o apoio inglês aos movimentos de emancipação na América, inclusive no Brasil, acobertavam o real interesse dos britânicos de privar as potências colonizadoras de matérias-primas que com as suas concorriam.

O escritor inglês Eric Hobsbawn, ao tratar do período que vai de 1789 a 1848, ao qual denomina de “A era das revoluções”, reafirma o prosseguimento da rivalidade franco-britânica no período, antepondo duas revoluções, uma econômica e outra políti-

ca, e integrando o liberalismo britânico ao absolutismo europeu restaurado. Foi por isso que Tayllerand, representante francês no Congresso de Viena, aconselhou Portugal a transformar o Brasil em Reino.

Também por isso, um ano depois, em 1816, D. João mandou organizar em Lisboa a Divisão de Voluntários Reais – cinco mil expedicionários voluntários escolhidos entre os mais experientes veteranos das campanhas européias contra o Exército napoleônico – e designou para comandá-la um

Uma das primeiras medidas tomadas por D. Rodrigo de Souza Coutinho, verdadeiro inspirador da transmigração e nosso primeiro Ministro da Guerra, foi criar a Academia Real Militar, onde seriam formados os nossos oficiais.

de seus melhores cabos-de-guerra, o General Carlos Frederico Lecor. Eles vieram se juntar aos dois mil lusobrasileiros que já estavam estacionados no Rio Grande de São Pedro, sob o comando do General Joaquim Xavier Curado, para manter a posse do território cisplatino que Gervásio

Artigas, nacionalista uruguaio ligado aos interesses de Buenos Aires, buscava libertar.

No ano seguinte, explodiu em Pernambuco uma revolta de cunho liberal republicano, dominada a força pelo Conde dos Arcos, Governador da Bahia, empregando tropas de sua província. Essa tentativa de sedição, inspirada nas revoluções americana e francesa, motivou a vinda de mais tropa lusitana, a Divisão Auxiliadora, comandada pelo General Jorge de Avilez, com 4.500 homens de primeira linha, também veteranos e experientes. O término da guerra na Europa levou Portugal a se

reorganizar e a diminuir seu Exército para cerca de quarenta mil homens, tendo, naquela época, uma população de três milhões de habitantes.

O agravamento da guerra na Província Cisplatina levou o governo no Rio a pedir mais recursos a Lisboa. A resposta dos governantes portugueses, registrada por José Hermano Saraiva na sua *História de Portugal*, é sintomática. Responderam eles a El-Rei, em ofício datado de 2 de junho de 1820:

“Digne-se Vossa Majestade tomar em consideração que Portugal é um reino de pequena extensão e escassamente povoado; que a sua agricultura está pouco adiantada pelos imensos gravames que pesam sobre os agricultores; que o ramo mais útil da mesma agricultura, que é o vinho, se acha em decadência pela abertura dos portos do Brasil aos vinhos de todas as nações, pelo aumento da introdução dos vinhos da Espanha e Inglaterra e pelo favor que esta nação tem dado à importação dos vinhos do Cabo da Boa Esperança; que a nossa indústria se paralisou consideravelmente com a livre entrada em Portugal e no Brasil da mão-de-obra inglesa, com cujos preços a nossa não pode competir; que o comércio decaiu extraordinariamente, não só pela mencionada abertura dos portos do Brasil, que privou Portugal do comércio exclusivo com aquele reino, mas pela concorrência de todas as nações marítimas a quem a paz franqueou a liberdade dos mares, e mais que tudo pelas perdas que nos têm causado os corsários insurgen-

tes, seja apresando-nos os navios ou obrigando os negociantes a assegurar os seus cabedais com prêmios exorbitantes que as fazendas não podem, sendo muito para rezear que, se as coisas assim continuarem, desapareça brevemente dos mares a bandeira portuguesa; que para o Brasil vai anualmente porção muito considerável das rendas deste reino, bastando a importância dos bens patrimoniais e da coroa e ordens pertencentes a fidalgos para formar uma avultada soma, que falta aqui na circulação interior e nos vai empobrecendo continuamente.”

Esse longo texto é esclarecedor do ambiente de profundo descontentamento existente em Portugal com a transferência da Corte para o Brasil e reflete o estado d'alma registrado pelo jornal *O Português*, que declarava, já em 1816, que “o imobilismo de Portugal está posto no humilde, injurioso e incômodo estado de colônia”.

A Revolução de 1820, no Porto, é muito consequência desse descontentamento, mais foi, certamente, fruto da influência francesa através da franco-maçonaria, que ligou a Revolução de 1817, no Recife, à tentativa, na mesma época, de uma sedição militar liderada pelo General Gomes Freire de Andrade, dominada com rigor pelo Marechal Beresford, o inglês que D. João VI nomeara Regente de Portugal por interveniência dos ingleses.

A substituição do regime absoluto pelo sistema constitucionalista foi uma consequência natural da evolução que ocorria no mundo ocidental e, como sabemos, repercutia no Brasil, obrigando D. João a retor-

nar para Lisboa, fazendo de Portugal novamente o centro do Império e, conseqüentemente, transformando o Brasil de novo em mera Colônia.

Não seria uma empresa fácil e requeria poder econômico e militar. Os cofres lusos não tinham os recursos necessários e os interesses comerciais estrangeiros seriam grandemente atingidos com a volta ao *status quo*. Restava a possibilidade do uso da força militar estacionada no Brasil, com cuja lealdade esperavam contar os novos condutores da política lusa, representados nas Cortes recém-estabelecidas em Lisboa.

Avaliemos a sua presença no nosso território a partir do juramento de obediência à futura Constituição lusa, feito por D. João VI, em 26 de fevereiro de 1821, no Paço Municipal do Rio de Janeiro, e o seu conseqüente retorno a Lisboa, em 25 de abril do mesmo ano.

Os maiores e mais qualificados efetivos se encontravam estacionados no Sul, na Província Cisplatina, representados pela Divisão de Voluntário Reais, que contava naquela época com um efetivo de 3.678 homens. O General Lecor, seu comandante, não aderiu aos interesses lusos e ficou ao lado dos brasileiros. Eles foram neutralizados pela ação das tropas brasileiras que, com cerca de quatro mil e quinhentos homens, mantiveram-nos confinados em Montevideu até novembro de 1823, sem condições de apoiar as ações do General Madeira em Salvador.

No Rio de Janeiro, a Divisão Auxiliadora, com 2.700 homens, conseguiu pressionar D. João VI a retornar a Lisboa, mas não teve a capacidade de obrigar o Prínci-

pe D. Pedro a seguir-lhe o caminho. A milícia foi acionada e, junto com a tropa brasileira de primeira linha, formaram um efetivo de cerca de dez mil homens no Campo de Santana. Ao comando do General Xavier Curado, cercaram inicialmente os lusos no Morro do Castelo, e os confinaram posteriormente em Niterói, do outro lado da baía, para, em 15 de fevereiro de 1822, embarcarem de volta a Portugal. Um de seus batalhões, entretanto, conseguiu aportar em Salvador e lá ficou, reforçando as tropas do General Madeira.

Em Pernambuco, o General Luís do Rêgo, governador militar da província, dispunha do Batalhão do Algarve, que fazia parte da Divisão Auxiliadora, e lá ficara por causa do movimento de 1817. Ele foi convencido, também, a retornar a Portugal, pressionado por cerca de dois mil homens da milícia pernambucana, fato que se concretizou em 29 de novembro de 1821. Por duas vezes Portugal tentou colocar novos efetivos no Recife e da mesma forma foram impedidos de desembarcar. A primeira, em 24 de dezembro, quando chegou o 2º Batalhão do 1º Regimento do Exército de Portugal, acompanhado do novo Comandante de Armas para lá nomeado, o Brigadeiro José Maria Moura, que foi dissuadido pela presença dos contingentes da milícia e retornou com a tropa para Lisboa. A segunda, em 17 de janeiro de 1822, quando aportou no Recife uma expedição comandada pelo Brigadeiro José Correia de Melo, com 1.200 homens, destinada ao Rio de Janeiro, para reforçar a Divisão Auxiliadora. Esperavam desembarcar 4.300 homens em Pernambuco, no que também foram impe-

didos e acabaram por ir para Salvador reforçar as tropas de Madeira.

No Piauí também existia um outro batalhão da Divisão Auxiliadora, comandado pelo Major João José da Cunha Fidié e que participou do combate considerado como o mais sangrento de toda a guerra, a batalha do Jenipapo, sangrado em 13 de março de 1823 perto de Oeiras, com a vitória dos lusos que, em menor número, derrotaram os brasileiros face à capacidade e à experiência de Fidié, um veterano das guerras napoleônicas.

O socorro veio do Ceará, que organizou uma expedição com cerca de oito mil homens, recrutados nas milícias locais, e que chegou a atingir 18.000 homens, segundo registra José Honório Rodrigues, citando Tristão de Alencar Araripe e seu *Independência no Maranhão*.

A presença da esquadra brasileira comandada pelo Lorde Cochrane, bloqueando o Maranhão, levou Fidié a capitular em 31 de julho de 1823.

Ocupemo-nos então da Bahia, onde havia o perigo real do estabelecimento de um núcleo colonial português e que poderia, por extensão, envolver todo o Nordeste e fracionar o Brasil.

O processo revolucionário começou na Bahia, em 10 de fevereiro de 1821, com a proclamação de adesão à Revolução Constitucionalista do Porto, feita por oficiais brasileiros no interior do Forte de São Pedro, aquartelamento do Regimento de Artilharia de Salvador. O governador da província, Conde de Palma, reagiu ao ato revolucionário mandando que tropas brasileiras ali existentes, o 1º Regimento de Infantaria e

a Legião de Caçadores, ao comando do Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, marchassem contra os insurretos. Houve tiroteio e a população aderiu à causa constitucionalista. Curiosamente, o Batalhão de Infantaria 12, também pertencente à Divisão Auxiliadora e comandado pelo então Coronel Inácio Luís Madeira de Melo, embora tivesse ocorrido à Praça da Piedade, não chegou a participar da luta.

No dia 18 do mesmo mês, a junta que assumira o governo da província oficiou às Câmaras, em Lisboa, comunicando a adesão e solicitando o envio de mais tropas para garantir o constitucionalismo baiano, no que foi atendida com a vinda da Legião Constitucional Lusitana, 1.184 homens de Infantaria e Artilharia, que aportaram em Salvador no dia 23 de agosto daquele ano.

O líder militar do movimento, Coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães, subcomandante do Forte de São Pedro, foi promovido a brigadeiro e nomeado Comandante das Armas da Província. O passar do tempo e a evolução dos acontecimentos mostravam, claramente, a divisão da população soteropolitana em dois partidos: o dos portugueses, em maior número, porque a antiga capital era um grande entreposto comercial, onde os comerciantes lusos formavam a grande maioria, e o dos nacionais, em minoria, do qual faziam parte negros e pardos, sendo os brancos funcionários públicos ou, na maioria das vezes, povo do interior, do Recôncavo, onde tinham suas bases.

O partido português não desejava ter no comando das tropas um militar brasileiro e oficiou às Cortes, solicitando a substituição

do Brigadeiro Manuel Pedro, no que foi atendido pela Carta Régia de 9 de dezembro de 1821, que promovia o General Madeira a brigadeiro e o nomeava Comandante das Armas da Bahia. O documento chegou em Salvador no dia 15 de fevereiro, trazido pelo navio-correio *Leopoldina*. A substituição foi o estopim para os nefastos acontecimentos que iriam ensangüentar as terras baianas numa luta fratricida que duraria 528 dias.

Embora não faça parte dos propósitos deste estudo a descrição detalhada dos acontecimentos que conformaram o conflito, torna-se necessário assinalar os fatos que permitem compreender a presença e a atuação do estamento militar nos fastos da guerra.

O primeiro registro refere-se aos embates dos dias 18 e 19 de fevereiro, quando a superioridade numérica da tropa portuguesa, apoiada no efetivo e no eficiente controle exercido pelo General Madeira e seus oficiais, anulou a tentativa de reação das tropas locais, carentes de meios e de comando.

Duas unidades lusitanas veteranas da Guerra Peninsular, o Batalhão de Infantaria 12 e a Legião Constitucional Lusitana, apoiadas pelo Esquadrão de Cavalaria dos nacionais e pela marujada dos navios de guerra portugueses surtos no porto, fizeram debandar os homens do 1º Regimento de Infantaria de Linha, da Legião de Caçadores, do Regimento de Artilharia e de dois regimentos de milícias aquartelados na

capital da província – um de pretos e outro de pardos. Eles fugiram na direção de Itapoã e dali foram buscar proteção nas terras da Torre de Garcia D'Ávila.

O segundo registro refere-se ao início da ação no interior do Recôncavo, na Vila de Cachoeira, quando a população, por seus representantes, aceitou e reconheceu a autoridade do Príncipe Regente, o que acarretou a reação de uma escuna armada lusa ancorada no Rio Paraguassu por ordem de Madeira, a qual metralhou

tanto Cachoeira como São Félix, vila fronteira, sendo a embarcação assaltada e dominada por forças locais e presa sua guarnição.

No dia 28 de junho, foi criada uma Junta de Conciliação e de Defesa para dirigir a reação que, partida do interior da província, iria se opor à tentativa do General

Madeira de estabelecer na Bahia um núcleo capaz de se opor à Independência do Brasil e transformá-lo, novamente, em colônia de Portugal. Braz do Amaral, na sua *História da Independência na Bahia*, nos convida a refletir sobre esses acontecimentos e afirma, com propriedade, “que o movimento revolucionário se fez com o auxílio das milícias”, ao que acrescentamos que devemos a elas o sucesso da reação.

O terceiro registro refere-se à concentração de tropas, por volta de julho, na região de Pirajá, com a finalidade de impedir o acesso dos lusos ao Recôncavo.

O passar do tempo e a evolução dos acontecimentos mostravam, claramente, a divisão da população soteropolitana em dois partidos: o dos portugueses, em maior número (...) e o dos nacionais, em minoria.

Salvador era uma cidade carente de alimentos e quase tudo vinha do interior, pela Estrada das Boiadas ou pelo mar, razão pela qual as tropas de milícia e os contingentes fugidos da capital começaram a se reunir naquela região.

O primeiro contingente a chegar era composto por elementos do 1^o Regimento de Infantaria de Linha, reunidos por um alferes da unidade. Em seguida, veio a milícia de Cachoeira junto com os soldados da Legião de Caçadores, que o Tenente Argolo Ferrão conseguiu reunir, e ainda uma guarda dos Caçadores Henriques – a tropa de milícia formada pelos negros da capital. Da Torre, comandadas pelo Tenente-Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, chegaram as milícias formadas por índios, armados com seus arcos e flechas. De todas as vilas chegaram contingentes de milícias, que fecharam o cerco, do Cabrito até Itapoã.

Os portugueses, por sua vez, também iam sendo reforçados, sendo que, no início de agosto, aportaram em Salvador 600 infantas, 100 cavaleiros e 50 artilheiros. Era o esforço das Cortes de Lisboa para ajudar o General Madeira a manter a Colônia.

O quarto registro refere-se à chegada do General Pedro Labatut ao cenário da guerra, acompanhado de 240 soldados de milícias do Rio de Janeiro e mais 34 oficiais, destinados a enquadrar os efetivos reunidos no Recôncavo. Trazia consigo grande quantidade de material bélico, entre armas e munições. Viera assumir o comando do Exército Libertador que estava sendo reunido em Pirajá, fato que ocorreu em 25 de outubro, na Feira do Capuame, atual Dias D'Ávila. É de se registrar a presença, já nessa ocasião, de tropa vinda do

Recife, das Alagoas, de Sergipe e da Paraíba, a maior parte composta por milicianos.

O quinto registro refere-se à tentativa de Madeira para romper o cerco que lhe havia sido imposto. Em fins de outubro, ele havia recebido um reforço de 1.200 homens, infantas e artilheiros, quando Labatut lhe enviou um ultimato para que se rendesse. A resposta foi um ataque à linha de cerco, tentando rompê-la, no dia 8 de novembro de 1822, que ficou conhecido na história como a batalha de Pirajá. O plano português previa um ataque à retaguarda de nossas linhas através de um desembarque no que hoje é o Parque de São Bartolomeu, acompanhado de uma ação de força levada a efeito pela Legião Constitucional Lusitana, reforçada por elementos do Batalhão de Infantaria 12. Ladislau dos Santos Titara, no seu épico *Paraguassu*, afirma que 5.000 veteranos das campanhas européias não conseguiram vencer 1.500 brasileiros, a maioria tropa de milícias, concentrados naquela área.

O que teria permitido a vitória de nossas forças? Que valores pesaram na refrega? A História Militar do Brasil é pródiga em exemplos como esse. Durante a guerra contra os holandeses, naquele mesmo lugar, em 1631, luso-brasileiros, a maior parte também tropa de milícia, derrotaram veteranos da Guerra dos Trinta Anos, uma tropa constituída por mercenários experientes, comandados por um general de reconhecido valor, o Conde Maurício de Nassau.

O brasileiro é considerado um povo de índole pacífica, mas sua personalidade, fruto de uma miscigenação que nos distingue como povo, o caracteriza e o transforma em um combatente de escol.

O sexto registro refere-se ao impasse estabelecido para a finalização militar da guerra e a solução encontrada para o seu término. Se as tropas lusas não conseguiram romper o cerco, as tropas brasileiras também não foram capazes de romper o dispositivo defensivo montado pelos portugueses em torno da cidade do Salvador. Falou mais alto a experiência e a capacitação do soldado europeu. A solução estava no mar. Ambas as forças possuíam marinhas para romper ou fechar o cerco. A lusa era maior e mais bem dotada; faltou-lhe comando e disposição. A brasileira, sob a batuta de Lorde Cochrane e o apoio de João das Botas, embora inferiorizada em quantidade e qualidade material, manteve o cerco.

Os portugueses foram vencidos pela fome e optaram pela retirada, que se consumou na madrugada de 2 de julho, como já historiamos.

Resta um último registro, referente à presença do Batalhão do Imperador no concerto dessa guerra. Tropa escolhida pelo próprio D. Pedro I no Campo de Santana, no Rio de Janeiro, onde mandou reunir todos os militares em serviço na Corte para selecionar os melhores, ele veio reforçar os efetivos do Exército de Libertação e representou seu apreço e reconhecimento pelo esforço que ali se realizava. O Batalhão era comandado pelo Coronel José Joaquim de Lima e Silva, militar pertencente a uma elevada estirpe que chegou ao Brasil nos idos de 1767, junto com o Regimento de Bragança, para combater os espanhóis no Prata. Seu ajudante e porta-bandeira era um jovem e promissor tenente, Luiz Alves de Lima e Silva, da mesma estirpe e sobrinho do co-

mandante. Junto com o Batalhão, teria seu batismo de fogo no dia 3 de maio de 1823, junto às linhas defensivas portuguesas, na região do Engenho Conceição. Portou-se com bravura e exibiu capacidade, segurança, serenidade e determinação, qualidades que o acompanhariam ao longo de sua vida e com as quais faria brilhante carreira no Exército e se elevaria a glórias imemoriais. Pacificou o Brasil, durante o período de suas lutas internas, do Maranhão ao Rio Grande do Sul. Comandando o Exército Imperial durante o período das lutas externas, garantiu nossas fronteiras e nossos interesses, cobrindo-se de glória nos campos de batalha do Paraguai. Foi deputado e senador do Império por várias de suas províncias. Foi por três vezes Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros de D. Pedro II. Marechal do Exército graduado, foi barão, conde, marquês e duque, honrarias que recebeu em reconhecimento a seus méritos – Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, seu mais insigne soldado. Comemoramos esse ano o bicentário do seu nascimento.

Ao prestar-lhe essa homenagem, registramos que foi aqui, nos arrabaldes dessa histórica cidade, que ele iniciou sua fulgurante trajetória, defendendo os valores maiores de nossa nacionalidade. A experiência vivida nesse campo da honra matizou-lhe no peito e na mente valores inamovíveis que nortearam sua conduta íncita durante toda a vida.

A Guerra de Independência na Bahia fez surgir para o Exército sua maior espada, esse “duque glorioso e sagrado”, esse “herói militar do Brasil”.

